

ENFRENTANDO O FALSO DILEMA

**Um guia de comunicação para
promover abordagens equilibradas
e eficazes de segurança pública**

Por Enrique Betancourt

27 de outubro de 2025



Photo: Esau Elenes/Unsplash

peace
IN OUR CITIES

RESUMO EXECUTIVO

Os debates sobre segurança pública na América Latina são muitas vezes apresentados como um falso dilema: tolerância zero/ *mano dura* ou atuar sobre as raízes do comportamento criminoso. Essa narrativa polarizada ofusca a realidade de que estratégias eficazes precisam associar a urgência da aplicação da lei à permanência da prevenção e da justiça. Moradores que enfrentam medo constante e líderes políticos pressionados por ciclos curtos de gestão tendem a se sentir naturalmente atraídos por abordagens puramente repressivas, como o atual “estado de exceção” em El Salvador,¹ medidas que podem alcançar reduções rápidas nos índices de criminalidade, ajudando muitas famílias a recuperarem sua sensação de segurança. Para as pessoas que vivem sob uma insegurança cotidiana, esses resultados imediatos são tangíveis, enquanto as garantias democráticas podem parecer abstratas ou lentas. No entanto, essa abordagem tem um custo para o devido processo legal, a confiança institucional e os direitos fundamentais, colocando em risco a integridade dos sistemas democráticos. A chave não está em enfraquecer os direitos dos cidadãos, mas em construir capacidade de execução que torne possível a segurança sem abandonar esses mesmos direitos.

Este documento apresenta evidências e orientações narrativas que respaldam uma abordagem equilibrada e integrada, capaz de reconhecer o apelo político da *mano dura*, ao mesmo tempo que apresenta evidências de suas limitações. As estratégias que integram a aplicação da lei, os sistemas de justiça e a prevenção social são capazes de proporcionar alívio imediato e segurança duradoura. O desafio de comunicação é superar cenários polarizados e dotar os líderes municipais de narrativas que se conectem com as preocupações da população, promovendo, ao mesmo tempo, soluções mais efetivas e democráticas.

Com base em pesquisas e práticas globais, o guia destaca quatro princípios baseados em evidências:

- Direcionar as intervenções para as pessoas, os locais e os comportamentos mais associados à violência.
- Fortalecer as instituições comunitárias que previnem e mediam conflitos.

- Promover que o trabalho policial e dos sistemas de justiça fortaleça sua legitimidade por meio da equidade, da transparência e do respeito.
- Melhorar a segurança por meio de mudanças estratégicas e visíveis no desenho do espaço físico.

Comunicação estratégica é essencial. Os líderes locais devem posicionar a segurança como base para o desenvolvimento, valorizar a precisão em vez da repressão e combinar responsabilização com apoio. Porta-vozes confiáveis —de prefeitos e policiais a líderes comunitários e sobreviventes da violência— são fundamentais para moldar narrativas com credibilidade.

Ao reformular o debate, fornecer evidências e amplificar vozes de confiança, este guia ajuda formuladores de políticas a promover ações de segurança pública que sejam não apenas mais eficazes, mas também mais justas e sustentáveis.

Fundamentação para este guia de comunicação estratégica

Este documento de orientação em comunicação estratégica tem como objetivo dotar líderes municipais de:

- Abordagens e mensagens de comunicação para promover estratégias de segurança pública equilibradas e sustentáveis.
- Evidências para questionar abordagens de *mano dura* e favorecer abordagens equilibradas e integradas.
- Ferramentas de comunicação para transformar o discurso público e político.

É importante destacar que este não é um manual completo de instruções nem um kit de ferramentas passo a passo. Em vez disso, este documento oferece orientações estratégicas de comunicação e narrativa para ajudar os tomadores de decisão a alinhar os principais atores em torno de soluções de segurança mais eficazes e duradouras.

DURO COM O CRIME OU BRANDO COM O CRIME? UM FALSO DILEMA

As políticas de segurança pública e as narrativas que as moldam são muitas vezes apresentadas como escolhas binárias alinhadas a ideologias conservadoras e progressistas dominantes. Abordagens progressistas geralmente enfatizam o enfrentamento das causas profundas do crime e da violência, destacando os benefícios de longo prazo, a mitigação de danos e o potencial da relação custo-benefício das estratégias de prevenção social.² Em contrapartida, políticas conservadoras tendem a priorizar o controle do crime por meio do aumento de penas, da ampliação do policiamento e do uso da força pelo sistema de justiça criminal³ como principais ferramentas, com o objetivo de responder às inquietações urgentes de eleitores que demandam ação.

Críticos das estratégias de prevenção social argumentam que tais abordagens costumam ser propostas apenas quando o crime já se tornou uma preocupação pública central. A ênfase em abordagens reparadoras e o foco em ajudar perpetradores ou perpetradores em potencial fazem com que essas estratégias pareçam brandas demais e, em alguns casos, dão a impressão de que negligenciam as necessidades e os direitos das vítimas. Estratégias conservadoras, por outro lado, são frequentemente criticadas por enfatizar excessivamente a punição de comunidades desfavorecidas, certas identidades e grupos sociais vulneráveis, reforçando assim danos que não apenas ignoram o contexto histórico, mas também sustentam ativamente as próprias redes, percepções e ressentimentos que alimentam ciclos contínuos de violência.

Na América Latina, a segurança pública continua sendo a principal preocupação da população. Níveis persistentes de violência e a expansão do crime organizado na região criaram condições para a adoção de políticas e narrativas autoritárias. Segundo a pesquisa Latinobarômetro de 2024, por exemplo, os cidadãos da região estão “confortáveis com o iliberalismo” e dispostos a aceitar restrições às liberdades em nome da segurança ou da estabilidade.⁴

A *mano dura* como alternativa política não é nova na América Latina,⁵ mas, desde 2022, o governo de El Salvador declarou um estado constitucional de exceção para enfrentar a ampla presença e a violência exercida por famosas gangues locais. Essa medida resultou na prisão e encarceramento de mais de 84.000 pessoas, tornando El Salvador o país com a maior taxa de encarceramento do mundo (1.659 presos por 100.000 habitantes), mais de três vezes a taxa dos Estados Unidos.⁶ Organizações de direitos humanos e especialistas jurídicos denunciaram a falta de observância ao Estado

DEFININDO A MANO DURA

“‘Mano dura’ refere-se a um conjunto de políticas de segurança punitivas que dependem de encarceramento em massa, do emprego de forças policiais e militares e da restrição de direitos como principais instrumentos. Essas abordagens são politicamente interessantes porque criam uma percepção imediata de controle, mas raramente resolvem as causas estruturais da violência e tendem a reforçar ciclos de exclusão e insegurança.”

—L. Dammert, “Mano Dura: The Politics of Tough-on-Crime Policies in Latin America.”

de Direito e ao devido processo legal nessas detenções. Da mesma forma, um conjunto robusto de evidências demonstra o efeito limitado que o encarceramento exerce na redução da criminalidade para além de limites específicos, com tendência a gerar impactos negativos em comunidades particularmente vulneráveis.⁷

Ainda assim, desde sua implementação mais recente em El Salvador, atribui-se ao estado de exceção uma redução histórica da criminalidade e da violência no país. Ao mesmo tempo, tal redução elevou os índices de aprovação da liderança nacional e das instituições judiciárias, evidenciando o forte apoio a essas abordagens severas. Cidadãos e políticos em toda a América Latina e de outras regiões manifestaram novo interesse em adotar táticas da *mano dura* com base nessa experiência recente.

O apelo das políticas de tolerância zero e os limites da prevenção social

Apesar das amplas evidências de que políticas de *mano dura* tendem a gerar ganhos de curto prazo às custas do aprofundamento das próprias desigualdades estruturais que alimentam a violência, essas abordagens continuam a ressoar entre tomadores de decisão e cidadãos na região. Entender o motivo é fundamental para quem promove estratégias que fomentam, simultaneamente, segurança e justiça, ao mesmo tempo reforçando valores democráticos e o desenvolvimento sustentável. Três condições principais facilitam a “venda” de abordagens autoritárias, apesar das fortes evidências que respaldam respostas mais equilibradas e integradas:

- **Demandas por resultados imediatos:** a insegurança gera urgência política. Autoridades eleitas que enfrentam ciclos eleitorais curtos e comunidades que vivem o medo diariamente tendem a buscar respostas concretas e imediatas que entreguem resultados no curto prazo, mesmo quando essas respostas trazem consequências prejudiciais de longo prazo. Por outro lado, o aparente menosprezo das necessidades urgentes dos cidadãos e o foco em esforços de longo prazo pode fazer com que os líderes pareçam desconectados de seus eleitores.
- **Simplicidade em vez de complexidade:** estratégias repressoras geralmente exigem menos coordenação

interinstitucional, menos evidências e menos planejamento de longo prazo do que abordagens equilibradas, que demandam colaboração entre saúde, educação, assistência social, forças de segurança, sistema judiciário e agentes comunitários, entre outros. Esses arranjos institucionais mais simples são mais fáceis de implementar e também mais fáceis de comunicar ao público e a formadores de opinião.

- **Consolidação de poder:** estratégias repressoras reforçam a autoridade do Estado, sobretudo em estados de exceção, permitindo maior controle e silenciando dissidentes. Por outro lado, abordagens equilibradas exigem níveis mais altos de responsabilização, o que as torna politicamente mais onerosas. A repressão, por sua vez, protege o status quo, evita a prestação de contas e projeta uma rápida sensação de controle.

Ao mesmo tempo, os defensores das estratégias de prevenção social precisam enfrentar uma realidade incômoda: esse tipo de medida, por si só, é insuficiente para enfrentar a magnitude e a complexidade da violência na América Latina hoje. Isso é válido sobretudo, embora não exclusivamente, para a violência associada ao crime organizado. A persistência e a escalada da criminalidade na região são, em parte, consequência da incapacidade de implementar respostas eficazes em larga escala. Reduzir a violência de forma sustentável em contextos com concentrações desproporcionais exige uma colaboração próxima entre o sistema de justiça criminal e as agências e organizações comunitárias que oferecem serviços especializados de prevenção.

O papel do sistema de justiça criminal em abordagens equilibradas

Uma abordagem equilibrada de segurança pública não marginaliza o sistema de justiça criminal; ao contrário, integra seu papel de forma eficaz, proporcional e legítima. Polícia, tribunais e instituições de correção são indispensáveis para controlar ameaças imediatas, responsabilizar infratores e proteger vítimas. No entanto, suas ações devem ser cuidadosamente direcionadas, pautadas pela justiça processual e coordenadas com serviços de prevenção e de reintegração, a fim de evitar

a reprodução de ciclos de exclusão e violência. Políticas punitivas de *mano dura* costumam depender do encarceramento em massa e da restrição de direitos, gerando uma percepção de controle no curto prazo, mas sem resolver as causas profundas.⁸ Por outro lado, um conjunto cada vez maior de evidências mostra que, quando o sistema judiciário opera com legitimidade e colabora com serviços sociais, cria o espaço necessário para implementar estratégias preventivas e construir segurança duradoura.

ESTRUTURANDO A COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA EM PROL DE UMA SEGURANÇA PÚBLICA EQUILIBRADA

Autoridades locais que buscam aprimorar a segurança pública devem adotar uma estratégia de comunicação que reflita uma abordagem equilibrada e eficaz, enfatizando tanto a necessidade de restaurar a ordem quanto o valor de longo prazo de soluções preventivas e comunitárias. Comunicações com foco exclusivamente na prevenção social ou nos direitos humanos, embora importantes do ponto de vista moral, muitas vezes não ressoam com o sentimento público em contextos de insegurança aguda. Pior ainda: podem ser facilmente retratadas por defensores de políticas repressoras como ingênuas ou desconectadas da realidade. As estratégias de comunicação devem trabalhar para alcançar o seguinte:

Neutralizar a polarização do debate entre mano dura e prevenção. Concentre a atenção do público em abordagens equilibradas, capazes de alcançar resultados imediatos e sustentáveis que aumentem a legitimidade¹⁰ das autoridades à medida que são implementadas e que refletem os papéis necessários das forças de segurança, das instituições de justiça, dos agentes comunitários e até do setor privado. A comunicação dessas abordagens deve destacar resultados concretos e progressivos tanto para grupos desfavorecidos quanto para a população em geral.

Reformular a segurança pública como condição para o desenvolvimento e a prosperidade. A segurança pública não é o objetivo final. Restabelecer a segurança em nossas cidades, comunidades, ruas e escolas é a base para melhorar os níveis de saúde, educação e crescimento

econômico. Cidades mais seguras criam condições favoráveis para processos democráticos e fortalecem as relações entre autoridades e cidadãos.

Ressaltar que o controle do crime é necessário para enfrentar causas estruturais. As autoridades públicas têm o mandato e a responsabilidade de utilizar todos os instrumentos legais e legítimos à sua disposição. Reduzir altos níveis de violência em comunidades específicas ou contra determinados grupos sociais é uma urgência que exige esforços coordenados das forças de segurança, do sistema de justiça e dos serviços sociais, sempre sob uma perspectiva de justiça processual. As ações iniciais de controle da criminalidade criam a oportunidade para, em seguida, enfrentar as causas mais profundas.

ADOTAR E COMUNICAR EVIDÊNCIAS PARA RESPALDAR ABORDAGENS EQUILIBRADAS E INTEGRADAS

Um corpo crescente de pesquisas confirma que as estratégias de segurança pública mais eficazes são focadas, comportamentais, proporcionais e fundamentadas na legitimidade. Esta seção apresenta quatro princípios baseados em evidências, cada um com orientações claras para a comunicação pública e o engajamento comunitário.

1. Foco no risco: pessoas, lugares e comportamentos

O que sabemos: a violência é fortemente concentrada em pequenos grupos de indivíduos e em áreas geográficas específicas. Estratégias que priorizam pessoas e locais de alto risco, integrando ações do sistema de justiça criminal com amparo comportamental, são mais eficazes do que medidas amplas e reativas de repressão.

Onde estão as evidências

- Uma meta-análise sobre redução da violência na América Central descobriu que intervenções direcionadas, com foco em indivíduos em risco, locais de alta criminalidade e comportamentos violentos específicos, foram mais eficazes do que abordagens gerais.¹¹

- Estratégias de dissuasão focalizada nos Estados Unidos reduziram de forma consistente a violência armada em cidades como Boston e Oakland.¹²
- Em Chicago, um programa que combinou terapia cognitivo-comportamental com emprego durante o verão levou a uma redução de 45% nas prisões por crimes violentos entre jovens de alto risco.¹³
- Uma meta-análise de 58 estudos concluiu que a terapia cognitivo-comportamental reduz a reincidência, sobretudo quando em conjunto com supervisão ou sanções.¹⁴

Como comunicar

- Utilize dados visuais (mapas, gráficos) para mostrar onde a violência se concentra geograficamente e quais grupos sociais são mais afetados.
- Enfatize a precisão em detrimento da rigidez, destacando ações mais inteligentes e direcionadas.
- Compartilhe histórias reais de pessoas que mudaram seu comportamento por meio de apoio e responsabilização.

2. Fortalecer a competência local de prevenir e resolver conflitos

O que sabemos: instituições comunitárias, incluindo organizações não governamentais, mentores, programas de justiça cívica e agentes comunitários (como mediadores e intervenientes) desempenham um papel fundamental na prevenção da violência e na ampliação do acesso à justiça. Essas iniciativas geram confiança e ajudam a tratar problemas antes que eles se agravem.

Onde estão as evidências

- Nos Estados Unidos, bairros com melhor infraestrutura de organizações sem fins lucrativos registraram quedas de dois dígitos nos índices de violência ao longo do tempo.¹⁵
- O modelo de justiça cívica do México e o Sistema Distrital de Justiça de Bogotá oferecem serviços jurídicos participativos e locais, reduzindo a impunidade e fortalecendo a legitimidade institucional.^{16,17}

- Um estudo nos Estados Unidos mostrou que participantes de um programa comunitário de intervenção contra a violência (CVI) tiveram 73% menos probabilidade de serem presos por crime violento após o envolvimento no programa.¹⁸
- Cidades como Bogotá e Cali, na Colômbia, e Port of Spain, em Trinidad e Tobago, adaptaram com sucesso estratégias de CVI ao contexto latino-americano.

Como comunicar

- Apresente líderes comunitários de confiança, como agentes comunitários ou mediadores, como soluções locais com credibilidade.
- Use narrativas e depoimentos para tornar os programas mais pessoais e menos institucionais.
- Enfatize a colaboração, e não a substituição, entre comunidades e instituições públicas.

3. Construir legitimidade por meio da justiça processual e institucional

O que sabemos: quando as pessoas percebem que as autoridades agem com justiça, respeito e transparência, elas tendem a cumprir as leis e a resolver conflitos de maneira pacífica. A justiça processual aumenta a cooperação voluntária e a confiança pública.

Onde estão as evidências

- A legitimidade é um fator mais determinante para o cumprimento da lei do que o medo da punição.¹⁹
- Na Cidade do México, a capacitação policial em justiça processual aumentou a satisfação do público e reduziu o número de reclamações.²⁰

Como comunicar

- Coloque dignidade e justiça como foco central de todas as mensagens.
- Compartilhe exemplos em que o tratamento respeitoso levou à redução de tensão e à cooperação.
- Use as vozes dos moradores para validar experiências positivas com as autoridades.

4. Melhorar a segurança por meio de intervenções espaciais estratégicas

O que sabemos: melhorias estratégicas no ambiente físico, como transformação de terrenos abandonados em áreas verdes, melhoria da iluminação pública ou recuperação de edifícios deteriorados, podem reduzir a violência e aumentar a segurança comunitária, sobretudo em conjunto com os três princípios anteriores.

Onde estão as evidências

- Uma análise das intervenções realizadas em bairros descobriu fortes evidências de que melhorar o ambiente construído reduz crimes violentos, sobretudo em comunidades de alto risco.²¹

Como comunicar

- Utilize imagens impactantes mostrando o antes e depois para apresentar transformações ambientais.
- Enfatize que se trata de uma forma visível, de baixo custo e não conflituosa de promover a segurança.
- Apresente esses projetos como melhorias promovidas pela própria comunidade, e não como imposições externas.

FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA PARA OBTER APOIO

A seção a seguir apresenta recomendações práticas para fortalecer o apoio entre os principais públicos. Mensagens essenciais eficazes, transmitidas por vozes confiáveis nos canais adequados, são fundamentais para transformar narrativas e amparar reformas. Essas vozes confiáveis normalmente são de autoridades públicas, como o prefeito ou o responsável local pela segurança pública, mas também, principalmente em áreas onde a confiança institucional é baixa, de membros relevantes da comunidade, como líderes religiosos e comunitários, professores e comerciantes. Vítimas e perpetradores de crimes (grupos que frequentemente se confundem) merecem atenção especial. Indivíduos e famílias com experiência direta com o crime

e a violência podem ser poderosos defensores de abordagens mais equilibradas, evidenciando como depender exclusivamente de medidas punitivas gera danos duradouros e, ao mesmo tempo, destacando a necessidade de garantir a segurança no curto prazo.

Mensagens centrais

Quando a violência é organizada, a resposta também deve ser. Estratégias coordenadas que combinem aplicação da lei, prevenção e inteligência são essenciais.

A justiça deve proteger as vítimas e prevenir danos futuros para todos. Um sistema justo responsabiliza infratores e investe em prevenção para reduzir a reincidência.

A violência se concentra em um pequeno grupo de pessoas e lugares; as soluções devem seguir esse caminho. Estratégias direcionadas são mais inteligentes e eficazes do que ações indiscriminadas.

A confiança nas instituições melhora a segurança nas comunidades. Justiça, respeito e transparência aumentam a cooperação e o cumprimento das leis.

Apoio e responsabilização devem caminhar juntos. Programas que combinam consequências com assistência e segundas chances reduzem a violência.

Comunidades participativas são a melhor defesa contra a violência. Líderes locais, mentores e instituições comunitárias desempenham um papel fundamental na criação de bairros mais seguros.

Segurança possibilita prosperidade. A segurança pública é essencial para o crescimento econômico, a participação cívica e a renovação democrática.

Públicos-alvo e estratégias de divulgação

A tabela a seguir oferece orientações para elaborar mensagens específicas para diferentes públicos-alvo, destacando o foco da mensagem e os canais de comunicação adequados para cada um deles. Consulte a seção final deste guia para ver uma lista de perguntas frequentes ao comunicar a necessidade de uma abordagem equilibrada para a segurança pública.

Público	Foco da mensagem	Mecanismos de divulgação –Canais e táticas
Público geral	Justiça, confiança, segurança comunitária	Mídias sociais, rádio local, vídeos explicativos, assembleias públicas
Líderes comunitários e religiosos	Valores compartilhados, credibilidade moral, redenção	Artigos de opinião, mesas-redondas, fóruns religiosos
Aplicação da lei	Legitimidade profissional, confiança pública	Vídeos feitos por pares, comunicados internos, visitas técnicas
Jovens e grupos comunitários	Empoderamento, pertencimento	Projetos de contar histórias, podcasts, mídias sociais, painéis de jovens
Lideranças empresariais e econômicas	Estabilidade, retorno sobre investimento, crescimento	Notas técnicas, fóruns econômicos, eventos de câmaras de comércio
Formuladores de política e agências públicas	Evidências, relação custo-benefício, impacto	Briefings legislativos, painéis de indicadores, sessões fechadas
Mídia e formadores de opinião	Dados, definição narrativa, exemplos locais	Reuniões editoriais, campanhas de artigos de opinião, entrevistas em podcasts

Mecanismos de divulgação

Artigos de opinião e editoriais. Destaque coalizões de especialistas em saúde pública, autoridades do sistema de justiça e líderes comunitários. Foque-se em abordagens comprovadas, como justiça processual, dissuasão e participação comunitária.

Podcasts e programas de contar histórias. Lance ou apoie produções de áudio com histórias de pessoas afetadas pela violência e de quem trabalha para preveni-la, como agentes de intervenção, sobreviventes e policiais.

Mídias sociais. Use visualizações de dados locais e vídeos curtos para explicar os principais conceitos. Apresente porta-vozes confiáveis das comunidades afetadas.

Rádio e televisão. Aproveite programas matinais, programas de entrevistas e noticiários locais para amplificar as vozes das intervenções na linha de frente e destacar estratégias baseadas em evidências.

Eventos públicos. Realize assembleias comunitárias e fóruns com mesas mistas compostas por policiais, líderes cívicos e profissionais de CVI. Promova transparência e inclusão.

Avaliação e métricas (exemplos)

- Acompanhe o impacto da comunicação em múltiplas dimensões:
 - Consciência e percepção pública: pesquisas antes e depois das campanhas; engajamento nas mídias sociais
 - Mobilização das partes interessadas: apoios, parcerias e compromissos de financiamento
 - Impacto na mídia: volume, tom e alcance da cobertura em diferentes plataformas
 - Participação: presença em fóruns, briefings e eventos
 - Adoção de políticas: movimento nas prioridades legislativas, alocação orçamentária e resultados de implementação

PREOCUPAÇÕES PÚBLICAS E SEGURANÇA EQUILIBRADA: PERGUNTAS FREQUENTES E RESPOSTAS

As perguntas e respostas a seguir refletem as preocupações mais comuns de cidadãos que estão indignados, com medo e exigindo resultados rápidos. Elas se baseiam em experiências reais da América Latina, dos Estados Unidos e de outras regiões onde políticas de linha dura reduziram a violência no curto prazo, mas criaram novos problemas no longo prazo — como comunidades que deixaram de temer gangues para temer a polícia. Essas respostas não são ingênuas nem idealistas; elas se fundamentam em evidências e práticas concretas. A lição central é clara: a atuação policial firme é essencial para impedir ou conter o crime hoje, mas a segurança duradoura depende da integração e estruturação da aplicação da lei com prevenção, serviços e abordagens fundamentadas em direitos que geram confiança e resiliência para o futuro.

Perguntas e respostas

1. El Salvador mostra que políticas de linha dura funcionam. Por que não fazer o mesmo aqui?

El Salvador realmente reduziu o crime de forma acentuada, mas a um custo enorme. Para alcançar isso, o governo eliminou proteções das quais as famílias dependem. Hoje, em El Salvador, seu filho pode ser preso por anos sem julgamento com base em suas tatuagens ou no bairro onde vive; se a polícia espancar seu marido durante uma prisão, nenhum tribunal independente ouvirá sua denúncia; se soldados revistarem sua casa sem motivo, não há recurso legal. A redução da violência é real, mas o dano permanente à democracia também é. A melhor estratégia é investir seriamente na associação de justiça e policiamento aprimorados com serviços de prevenção social, de modo que a segurança não exija a renúncia às liberdades que todos desejamos e precisamos.

2. Se o enfrentamento ao crime é urgente, a prevenção social não é lenta demais?

A prevenção não é apenas de longo prazo. Quando associada ao policiamento direcionado, ela pode reduzir tiroteios e homicídios em questão de meses. A polícia contém a violência no momento em que ela ocorre, enquanto os serviços de apoio impedem que ela retorne ou se intensifique.

3. Os criminosos só mudam por meio da punição?

A punição pode mudar comportamentos temporariamente, mas não interrompe o ciclo da reincidência. É por isso que tantas pessoas acabam voltando para a prisão. O que realmente funciona é associar consequências rápidas e certas a apoio real: qualificação profissional, tratamento para dependência química, auxílio com moradia e serviços de saúde mental. Essa combinação reduz o crime imediatamente e trata as causas profundas, quebrando o ciclo de forma definitiva.

4. Por que desperdiçar tempo com serviços se pessoas estão morrendo agora?

Porque serviços e policiamento juntos salvam mais vidas. A polícia pode “congelar” o crime, mas, a menos que interrompamos o fluxo de jovens entrando para gangues ou os ciclos de vingança, a violência volta. Os serviços enfrentam esse fluxo enquanto a polícia lida com a ameaça imediata.

5. Mais policiais nas ruas — é isso que faz as pessoas se sentirem seguras, certo?

Depende de quem responde. Pesquisas mostram que o aumento da presença policial pode reduzir o medo do crime para alguns moradores, sobretudo em áreas com altos índices de violência. No entanto, para outros, principalmente comunidades com histórico de policiamento excessivo, vigilância e aplicação discriminatória da lei, o aumento do número de policiais pode aumentar o medo e a ansiedade, em vez de reduzi-los.

6. “Prevenção” não é só uma desculpa para não fazer nada?

De forma alguma. Em cidades como Cali e Glasgow, prevenção associada ao policiamento reduziu os homicídios de 40% a 60%. Isso é ação. Prevenção significa interromper ciclos de retaliação, investir

em jovens de alto risco e recuperar espaços deteriorados — ações que realmente reduzem os índices de crime e violência.

7. Por que não endurecer primeiro e pensar em serviços depois?

Porque “apenas endurecer” perde força rapidamente. Quando a repressão acaba, a violência retorna — às vezes pior — ou os criminosos simplesmente se adaptam. Se adicionamos serviços ao mesmo tempo, o policiamento nos dá espaço enquanto a prevenção constrói um futuro mais seguro.

8. Se pessoas estão morrendo, não é melhor sacrificar direitos pela segurança?

É uma falsa escolha. Em El Salvador e nos Estados Unidos, comunidades deixaram de temer as gangues para temer a polícia. A verdadeira segurança vem de um policiamento fundamentado em direitos — firme quando necessário, mas respeitoso. Assim, as pessoas cooperam, denunciam crimes e ajudam a manter a paz.

9. Como sabemos que esse modelo equilibrado não é só teoria?

Porque ele já foi testado. Em Palmira, na Colômbia, ações direcionadas associadas a programas para jovens reduziram homicídios pela metade. Na Costa Rica, policiamento e centros cívicos reduziram os assaltos em 700% a mais do que o esperado. Abordagens equilibradas têm evidências; não são só teoria.

10. Então qual é a fórmula real?

Aplicação da lei estratégica e justa para conter o crime hoje. Serviços e justiça fundamentada em direitos para impedir que o crime se repita. Assim, alcançamos segurança agora e construímos um futuro mais inteligente e sustentável.

11. Por que criminosos deveriam ter direitos humanos se as vítimas estão sofrendo?

É uma falsa escolha. Direitos humanos não são para criminosos em vez de vítimas. Direitos humanos aumentam a segurança de todos. Em sistemas que

violam os direitos de forma rotineira, com censura, tortura e detenções em massa, as comunidades não se sentem mais seguras; elas apenas passam a temer outros agressores. A verdadeira segurança vem de uma justiça fundamentada em direitos: responsabilização justa quando alguém causa dano, mas tratamento humano e inteligente que previne a reincidência. Assim, as vítimas obtêm justiça, as comunidades podem confiar no sistema, e nós quebramos o ciclo de violência em vez de criar novas vítimas.

CONCLUSÃO

O público tem razão em exigir resultados urgentes. As famílias precisam se sentir seguras para caminhar por suas ruas hoje, não apenas daqui a alguns anos. Mas não podemos repetir os erros de repressões passadas, em que o medo das gangues foi simplesmente substituído pelo medo da polícia. As evidências são claras: estratégias equilibradas que integrem e coordenem policiamento firme e legítimo com prevenção, serviços e abordagens fundamentadas em direitos são a única forma de oferecer alívio imediato e paz duradoura.

Estratégias de segurança equilibradas não apenas são mais eficazes, mas também mais sustentáveis, inclusivas no uso de ferramentas e abordagens disponíveis e politicamente viáveis. Com foco em evidências, legitimidade e comunicação inclusiva, as cidades latino-americanas podem obter o apoio necessário para superar políticas movidas pelo medo e entregar segurança real e duradoura.

REFERÊNCIAS

Abt, T. *Bleeding Out: The Devastating Consequences of Urban Violence—and a Bold New Plan for Peace in the Streets*. Basic Books, 2019.

Abt, T. *What Works in Reducing Community Violence: A Meta-Review and Field Study for the Northern Triangle*. USAID, 2016.

Braga, A. A., D. Weisburd e B. Turchan. "Focused Deterrence Strategies and Crime Control: An Updated Systematic Review and Meta-Analysis of the Empirical Evidence." *Criminology & Public Policy* 17, No. 1 (2018): 205–250.

Canales, R., C. Vilalta e M. Hernández. *Policía de proximidad y justicia procesal: Evidencia experimental en la Ciudad de México*. México Evalúa, 2020.

Carbonari, F., et al. *A Review of the Evidence and a Global Strategy for Violence Prevention*. Pathfinders for Peaceful, Just and Inclusive Societies, 2020.

Centro de Investigación para el Desarrollo (CIDAC). *Informe sobre justicia cotidiana en México*. CIDAC, 2015.

Dammert, L. "Mano Dura: The Politics of Tough-on-Crime Policies in Latin America." Em *Public Security and Policing in Latin America*, editado por M. Bergman, L. Dammert e R. Muggah. Routledge, 2021.

Fernández Arauz, A. e C. Illie. *Cost of Violence Study: Costa Rica*. Pathfinders for Peaceful, Just and Inclusive Societies, 2023.

Flom, H. *Guiding Principles and Inspiring Actions: Operationalizing the Resolution to Reduce Urban Violence*. Peace in Our Cities, 2022.

Flom, H. e A. Malaret. *Lessons from Effective Offices of Violence Prevention*. Peace in Our Cities, 2024.

Heller, S., A. K. Shah, J. Guryan, J. Ludwig, S. Mullainathan e H. Pollack. "Thinking, Fast and Slow? Some Field Experiments to Reduce Crime and Dropout in Chicago." *Quarterly Journal of Economics* 132, No. 1 (2017): 1–54.

Inter-American Development Bank (IDB). *Access to Justice and Legal Empowerment: Regional Experiences and Lessons Learned*. IDB, 2020.

Kleiman, M. *When Brute Force Fails: How to Have Less Crime and Less Punishment*. Princeton University Press, 2009.

Klugman, J. *Costing Violence and Returns to Investments in Preventing Interpersonal Violence*. NYU Center on International Cooperation, 2023.

Kondo, M. C., E. Andreyeva, E. C. South, J. M. MacDonald e C. C. Branas. "Neighborhood Interventions to Reduce Violence." *Annual Review of Public Health* 39 (2018): 253–271.

Li, L., A. Hoeffler e T. Artho. *Cost of Violence Study: Switzerland*. Pathfinders for Peaceful, Just and Inclusive Societies, 2023.

Lipsey, M. W., N. A. Landenberger, S. J. Wilson, S. J. "Effects of Cognitive-Behavioral Programs for Criminal Offenders." *Campbell Systematic Reviews* 3, No. 1 (2007).

Matzopoulos, R., I. Neethling e S. Truen. *Cost of Violence Study: South Africa*. Pathfinders for Peaceful, Just and Inclusive Societies, 2023.

Méndez Dardón, A. M. *Mass Incarceration and Democratic Deterioration: Three Years of the State of Exception in El Salvador*. Washington, DC: Washington Office on Latin America (WOLA), May 2025. <https://www.wola.org/analysis/mass-incarceration-and-democratic-deterioration-three-years-of-the-state-of-exception-in-el-salvador/>. (WOLA)

Roeder, Oliver, Inimai Chettiar e Anna Offenbacher. *What Caused the Crime Decline?* New York: Brennan Center for Justice, February 2015. https://www.brennancenter.org/sites/default/files/analysis/Crime_rate_report_web.pdf?utm_source=chatgpt.com.

Ross, K., J. A. Butts e S. Delgado. *The Impact of Community Violence Intervention Programs on Violent Crime: Evidence from U.S. Cities*. John Jay College Research and Evaluation Center, 2023.

Sharkey, P. *Uneasy Peace: The Great Crime Decline, the Renewal of City Life, and the Next War on Violence*. W. W. Norton, 2018.

Tyler, T. R. "Procedural Justice, Legitimacy, and the Effective Rule of Law." Em *Crime and Justice: A Review of Research*, editado por M. Tonry, vol. 30. University of Chicago Press, 2003.

Tyler, T. R. *Why People Obey the Law*. Yale University Press, 1990.

United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC). *Global Study on Homicide 2023*. UNODC, 2023.

World Health Organization (WHO). *World Report on Violence and Health*. WHO, 2002.

Zimring, F. E. *The Great American Crime Decline*. Oxford University Press, 2007.

ANEXOS

Sete leituras rápidas e podcasts essenciais em prol de uma segurança pública equilibrada

Esta lista selecionada apresenta sete ideias baseadas em evidências que vão além do debate *mano dura* versus prevenção. Cada ideia é acompanhada por uma leitura concisa e, quando disponível, por um podcast complementar para tomadores de decisão com pouco tempo.

1. Combater a violência onde ela se concentra

A violência se acumula em torno de pessoas, lugares e comportamentos específicos. Intervenções direcionadas superam ações amplas e indiscriminadas.

Leitura: T. Abt, *What Works in Reducing Community Violence: A Meta-Review and Field Study for the Northern Triangle* (USAID, 2016).

Podcast: *Reducing Crime*, episódio 66, com David Weisburd

2. Usar a dissuasão direcionada, não a punição em massa

A aplicação da lei combinada com comunicação confiável e serviços de apoio pode reduzir a violência sem criminalizar amplamente comunidades inteiras.

Leitura: A. A. Braga, D. Weisburd e B. Turchan, "Focused Deterrence Strategies and Crime Control: An Updated Systematic Review and Meta-Analysis of the Empirical Evidence", *Criminology & Public Policy* 17, No. 1 (2018): 205–250.

Podcast: *NIJ Justice Today*, "Driving Down Gun Violence, Part 1".

3. Reconhecer o apelo e os custos da mano dura

Operações repressoras podem gerar resultados rápidos, mas corroem a confiança, o devido processo e as instituições democráticas.

Leitura: L. Dammert, "Mano Dura: The Politics of Tough-on-Crime Policies in Latin America", em *Public Security and Policing in Latin America*, ed. M. Bergman, L. Dammert e R. Muggah (Routledge, 2021).

Análise: A. M. Méndez Dardón, *Mass Incarceration and Democratic Deterioration: Three Years of the State of Exception in El Salvador* (Washington, DC: Washington Office on Latin America [WOLA], May 9 2025).

Referência bibliográfica: Esta lista cuidadosamente selecionada destaca sete ideias baseadas em evidências que vão além do debate entre mão dura e prevenção. Cada ideia é acompanhada por uma leitura breve e, quando disponível, por um podcast de apoio para quem toma decisões com pouco tempo.

4. Ser inteligente no combate ao crime: rapidez, certeza, justiça

Políticas baseadas na proporcionalidade, na equidade processual e em consequências previsíveis superam os quadros punitivos.

Leitura: M. A. R. Kleiman, "Smart on Crime: Designing Effective and Fair Crime Policy", *Democracy: A Journal of Ideas*, no. 28 (2005).

Podcast: *Reducing Crime*, episódio 18, "Policy Lessons", com Thomas Abt

5. Investir em mudança de comportamento

Associar terapia cognitivo-comportamental a emprego juvenil e mentoria pode reduzir drasticamente crimes violentos entre jovens de alto risco.

Leitura: S. Heller, A. K. Shah, J. Guryan, J. Ludwig, S. Mullainathan e H. Pollack, "Thinking, Fast and Slow? Some Field Experiments to Reduce Crime and Dropout in Chicago", *Quarterly Journal of Economics* 132, No. 1 (2017): 1–54.

Podcast: *Freakonomics Radio*, "Preventing Crime for Pennies on the Dollar", episódio 284

6. Fortalecer as comunidades como mecanismos de prevenção da violência

Infraestruturas robustas de organizações locais sem fins lucrativos e instituições cívicas geram confiança, ampliam oportunidades e oferecem alternativas à violência.

Leitura: P. Sharkey, G. Torrats-Espinosa e D. Takyar, "Community and the Crime Decline: The Causal Effect of Local Nonprofits on Violent Crime", *American Sociological Review* 82, no. 6 (2017): 1214–1240.

Podcast: *Why Is This Happening?*, "A More Violent America", com Patrick Sharkey

7. Construir legitimidade por meio da justiça

Quando autoridades agem de forma justa, transparente e proporcional, conquistam cooperação e cumprimento das leis de maneira mais eficaz do que por meio do medo.

Leitura: T. R. Tyler, "Procedural Justice, Legitimacy, and the Effective Rule of Law", em *Crime and Justice: A Review of Research*, ed. M. Tonry, vol. 30 (University of Chicago Press, 2003).

Podcast: *The Criminology Academy*, episódio 108, "Legitimacy and Procedural Justice", com Tom Tyler

NOTAS

¹ O estado de exceção foi declarado pelo presidente Nayib Bukele em 27 de março de 2022. A medida concede poderes ilimitados às forças de segurança e restringe garantias constitucionais; desde sua adoção, vem sendo repetidamente renovada pela Assembleia Legislativa (ver Méndez Dardón, 2025).

² A prevenção social é o conjunto de estratégias, programas, serviços e políticas que têm como objetivo minimizar os comportamentos individuais e sociais associados ao crime e à violência.

³ O sistema de justiça criminal é o conjunto de instituições (polícia, adjudicação e sistema penitenciário), regras e processos que uma sociedade utiliza para responder ao crime.

⁴ *The Economist*, "Latin Americans Are Worryingly Relaxed about Authoritarianism", 18 de dezembro de 2024, <https://www.economist.com/the-americas/2024/12/18/latin-americans-are-worryingly-relaxed-about-authoritarianism>.

⁵ As políticas de *mano dura* na América Latina têm seguido um padrão recorrente: quedas de criminalidade no curto prazo por meio de prisões em massa, policiamento de estilo militar e redução de garantias legais, seguidas de sobrecarga institucional e aumento das populações carcerárias. Em El Salvador, estratégias iniciais como o Plan Mano Dura nos anos 2000 deram lugar a esforços frágeis de prevenção e negociação, incluindo uma trégua entre gangues em 2012 que carecia de apoio público e institucional. Quando o presidente Nayib Bukele lançou seu estado de exceção em 2022, a violência já estava em declínio, mas instituições frágeis e o medo da população abriram caminho para um modelo de segurança agressivo com amplo respaldo popular.

⁶ International Centre for Prison Studies, "Highest to Lowest – Prison Population Rate", acessado em 11 de novembro de 2025, https://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison_population_rate?field_region_taxonomy_tid>All.

⁷ O. Roeder, L. Eisen e J. Bowling, *What Caused the Crime Decline?* (New York: Brennan Center for Justice at New York University School of Law, February 2015), acessado em 15 de novembro de 2025, https://www.brennancenter.org/sites/default/files/analysis/Crime_rate_report_web.pdf.

⁸ L. Dammert, "Mano Dura: The Politics of Tough-on-Crime Policies in Latin America", em *Public Security and Policing in Latin America*, ed. M. Bergman, L. Dammert, an R. Muggah (Routledge, 2021).

- ⁹ T. R. Tyler, "Procedural Justice, Legitimacy, and the Effective Rule of Law", em *Crime and Justice: A Review of Research*, ed. M. Tonry, vol. 30 (University of Chicago Press, 2003).
- ¹⁰ A pesquisa de Tom R. Tyler em Why People Obey the Law demonstra que a percepção de legitimidade das autoridades legais — construída por meio de procedimentos justos, tratamento respeitoso e decisões imparciais — é um fator mais poderoso para promover o cumprimento voluntário da lei do que o medo da punição ou incentivos instrumentais. T. R. Tyler, *Why People Obey the Law*, Yale University Press, 1990.
- ¹¹ T. Abt, *What Works in Reducing Community Violence: A Meta-Review and Field Study for the Northern Triangle* (Washington, DC: United States Agency for International Development, 2016).
- ¹² A. Braga, D. Weisburd, and B. Turchan, "Focused Deterrence Strategies and Crime Control: An Updated Systematic Review and Meta-Analysis of the Empirical Evidence", *Criminology & Public Policy* 17, no. 1 (2018): 205–250.
- ¹³ S. Heller, A. Shah, J. Guryan, J. Ludwig, S. Mullainathan e H. Pollack, "Thinking, Fast and Slow? Some Field Experiments to Reduce Crime and Dropout in Chicago", *Quarterly Journal of Economics* 132, no. 1 (2017): 1–54.
- ¹⁴ M. Lipsey, N. Landenberger e S. Wilson, "Effects of Cognitive-Behavioral Programs for Criminal Offenders", *Campbell Systematic Reviews* 3, no. 1 (2007).
- ¹⁵ P. Sharkey, *Uneasy Peace: The Great Crime Decline, the Renewal of City Life, and the Next War on Violence* (New York: W. W. Norton, 2018).
- ¹⁶ Centro de Investigación para el Desarrollo (CIDAC), *Informe sobre justicia cotidiana en México* (Mexico City: CIDAC, 2015).
- ¹⁷ Inter-American Development Bank (IDB), *Access to Justice and Legal Empowerment: Regional Experiences and Lessons Learned* (Washington, DC: IDB, 2020).
- ¹⁸ K. Ross, J. A. Butts e S. Delgado, *The Impact of Community Violence Intervention Programs on Violent Crime: Evidence from U.S. Cities* (New York: John Jay College Research and Evaluation Center, 2023).
- ¹⁹ T. R. Tyler, *Why People Obey the Law* (New Haven, CT: Yale University Press, 1990).
- ²⁰ R. Canales, C. Vilalta e M. Hernández, *Policía de proximidad y justicia procesal: Evidencia experimental en la Ciudad de México* (Ciudad de México: México Evalúa, 2020).
- ²¹ M. C. Kondo, E. Andreyeva, E. C. South, J. M. MacDonald e C. C. Branas, "Neighborhood Interventions to Reduce Violence", *Annual Review of Public Health* 39 (2018): 253–271.